



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD)

Data da reunião: 06/12/2023

Presidente: Senador Eduardo Gomes

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PLP 77/2022 Ementa: Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para vedar o contingenciamento de recursos destinados à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados por seu Conselho Gestor. Autoria: Senadora Daniella Ribeiro [tramitação] Não Terminativo	Senador Astronauta Marcos Pontes	Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CAE/CCDD.	O projeto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para vedar o contingenciamento de recursos destinados à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados por seu Conselho Gestor. A alteração da LRF busca estabelecer que não serão objeto de limitação de empenho as receitas destinadas à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados pelo Conselho Gestor do Fust. Já as alterações da Lei do Fust dispõem sobre a vedação de limites à execução dos créditos orçamentários relativos ao Fust, exceto quando houver frustração de arrecadação das respectivas receitas, e sobre a vedação à alocação desses valores em reserva de contingência primária ou financeira. A matéria recebeu parecer favorável da CAE com emenda de adequação da técnica legislativa, acolhida pelo relator na CCDD.
2	PL 7/2023 Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Eduardo Gomes	Pela aprovação.	O projeto altera o Decreto-Lei 236/1967, que regulamenta o serviço de radiodifusão, juntamente com o Código Brasileiro de Telecomunicações. A primeira alteração ocorre no art. 4º, permitindo que as sociedades nacionais de qualquer natureza jurídica, incluída a unipessoal, possam executar serviço de radiodifusão. Em caso de subscrição de cotas ou ações, deverá ser observado o disposto no § 1º do art. 222 da Constituição Federal, que limita a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão. A segunda alteração é feita no art. 12, que delimita o número de estações de rádio e televisão que podem ser outorgadas a cada entidade em determinada localidade. De acordo com a proposta, cada ente poderá deter até vinte outorgas de rádio e outras vinte de televisão.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	PL 830/2022 Ementa: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A a 241-D; bem como incluir a internet entre os possíveis meios de aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento e, nesses casos, prever causa de aumento de pena para quem se vale de perfil em redes sociais para interagir com criança ou pratica abuso psicológico. Autoria: Senador Flávio Bolsonaro [tramitação] Não Terminativo	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação.	O projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para aumentar as penas dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A a 241-D; bem como incluir a internet entre os possíveis meios de aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento e, nesses casos, prever causa de aumento de pena para quem se vale de perfil em redes sociais para interagir com criança ou pratica abuso psicológico. Os crimes cujas penas são aumentadas são: art. 240 (produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente); art. 241 (vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente); art. 241-A (oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente); art. 241-B do ECA (adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente); e art. 241-C (simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual). Em relação ao art. 241-D do ECA, o projeto propõe alterar a descrição da conduta para incluir a internet como meio utilizado para aliciar, assediar, instigar ou constranger [...] criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso. A pena base para a referida conduta também é aumentada, sendo também prevista causa de aumento de pena para quando o agente utiliza perfil de rede social para interagir com a vítima ou quando submete a criança a qualquer tipo de abuso psicológico.
4	PL 4187/2023 Ementa: Acresce § 3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para equiparar a assinatura eletrônica com certificado digital no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ao reconhecimento de firma. Autoria: Senador Cleitinho [tramitação] Não Terminativo	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação.	O projeto altera a Medida Provisória 2.200-2/2001 para equiparar ao reconhecimento de firma a assinatura eletrônica com certificado digital no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Data da reunião: 06/12/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	PL 1049/2022 Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para acrescentar ao rol de crimes o Crime de Extorsão Digital. Autoria: Senador Angelo Coronel [tramitação] Não Terminativo	Senador Nelsinho Trad	Pela aprovação com duas emendas que apresenta.	O projeto acrescenta o art. 158-A ao Código Penal para tipificar a conduta de extorsão digital, consistente em constranger alguém a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, mediante o sequestro de dados e consequente indisponibilidade ao respectivo titular, com o objetivo de obter vantagem econômica indevida para si ou para terceiros. Para essa conduta, é prevista pena de seis a dez anos de reclusão, além de multa. A pena pode ser aumentada em até dois terços se do crime resultar paralisação da prestação de serviços essenciais à população; comprometimento da segurança nacional ou indisponibilidade de bancos de dados dos órgãos de segurança pública ou da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); comprometimento de dados dos sistemas de educação pública ou privada; ou comprometimento de dados do Sistema Único de Saúde ou de sistemas privados de saúde. O relator propõe a aprovação com duas emendas. Na redação do <i>caput</i>, substitui a expressão “constranger alguém mediante o uso de <i>software</i>” para descrever o constrangimento mediante a invasão de dispositivo informático que torne indisponíveis os dados ou informações nele armazenados ou que comprometa seu funcionamento. Quanto às penas, sugere adequações para que sejam melhor compatibilizadas com as sanções previstas para os crimes de sabotagem (art. 359-R) e invasão de dispositivo informático em que há acesso a comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido (§ 3º do art. 154-A), ambos do Código Penal.
6	PDS 159/2018 Ementa: Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Panamericana S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Nelsinho Trad	Pela apresentação de requerimento de informações.	Renovação de concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no município de São Paulo/SP. O relator propõe o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério das Comunicações, tendo em vista que não foi identificada na documentação que instrui o pedido de renovação, a comprovação de que a entidade respeita os limites legais de concentração de outorgas definidos no art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações e no art. 12 do Decreto-Lei 236/1967.
7	PDL 170/2019 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos e Colaboradores Corguinhenses para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Corguinho, Estado do Mato Grosso do Sul. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Nelsinho Trad	Pela aprovação	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Corguinho/MS.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
8	PDL 473/2019 Ementa: Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jovem Som de Presidente Venceslau Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Nelsinho Trad	Pela aprovação com uma emenda de redação.	Renovação de permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Presidente Venceslau/SP. O relator propõe a aprovação com uma emenda de redação.
9	PDL 534/2019 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vicentina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vicentina, Estado do Mato Grosso do Sul. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Nelsinho Trad	Pela apresentação de requerimento de informações.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Vicentina/MS. O relator propõe o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério das Comunicações, solicitando o histórico da composição da diretoria da entidade, desde 2012 até a presente data.
10	PDL 620/2019 Ementa: Aprova o ato que outorga permissão à Som da Ilha Comércio e Produções Ltda-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Palmares Paulista, Estado de São Paulo. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Nelsinho Trad	Pela aprovação com uma emenda de redação.	Permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Palmares Paulista/SP. O relator propõe a aprovação com emenda de redação.
11	PDL 538/2021 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova de Goianésia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goianésia, Estado de Goiás. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Izalci Lucas	Pela aprovação com uma emenda de redação.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Goianésia/GO. O relator propõe a aprovação com emenda de redação.

Data da reunião: 06/12/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
12	PDL 639/2021 Ementa: Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Ambiental de Formosa - ASCAF a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Izalci Lucas	Pela aprovação.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Formosa/GO.
13	PDL 686/2021 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Paranatinga para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senadora Margareth Buzetti	Pela aprovação.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Paranatinga/MT.
14	PDL 718/2021 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de Porteiras - SAICP para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porteiras, Estado do Ceará. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senadora Daniella Ribeiro	Pela aprovação.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Porteiras/CE.
15	PDL 869/2021 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Normário Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jussari, Estado da Bahia. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senadora Daniella Ribeiro	Pela aprovação.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Jussari/BA.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
16	PDL 275/2022 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cidadã “Nossa Senhora Aparecida” - Teodoro Sampaio-SP para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senadora Daniella Ribeiro	Pela aprovação.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Teodoro Sampaio/SP.
17	PDL 728/2021 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Caravaggio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Hamilton Mourão	Pela apresentação de requerimento de informações.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Farroupilha/RS. O relator propõe a apresentação de requerimento de informações ao Ministério das Comunicações, buscando suprir lacuna na documentação que acompanha o pedido de outorga.
18	PDL 786/2021 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Caxias do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Caxias do Sul/RS.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.